

7

N

Ata Número Dois

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Viseu, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, conforme convocatória, tendo como Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Mougá Lopes Ferreira, Primeira Secretária, Maria de Lurdes Pina de Almeida e Segundo Secretário, Gonçalo Sá dos Santos Namorado, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

I – Período antes da Ordem do Dia

1. Tempo destinado ao Público.
2. Aprovação das atas das sessões realizadas nos dias 22/09/2025 e 3/11/2025.
3. Assuntos de interesse da Freguesia (nº2 do artigo 34º do Regimento).

II – Período da Ordem do Dia

1. Informação prestada pelo Senhor Presidente do Executivo.
2. Análise da situação financeira da Freguesia.
3. Apreciação, discussão e aprovação das demonstrações previsionais para o ano 2026 (Orçamento, Plano Plurianal de Investimentos, Plano de Atividades e Quadro de Pessoal).
4. Outros assuntos.

Iniciou a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Viseu, António Fernando Mougá Lopes Ferreira, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria de Lurdes Pina de Almeida e pelo Segundo Secretário, Gonçalo Sá dos Santos Namorado, que deu a conhecer a renúncia de mandato dos membros do Partido Socialista, António Manuel Lemos Figueiredo e Miguel Amaral de Figueiredo Ferreira Dias, sendo chamada para o lugar deixado em aberto na Assembleia de Freguesia, Ana Sofia de Jesus Rodrigues Sousa, portadora do cartão de cidadão número 10389984, procedendo-se à verificação da sua identidade e legitimidade, após o que o Senhor Presidente da Mesa da Freguesia declarou-a investida nas suas funções, dando tomada de posse do novo membro do Partido Socialista, nesta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia. De seguida, verificada a lista de presenças, procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia, bem como dos Membros do Executivo da Freguesia, registando-se a presença de 9 membros do Partido Socialista, 8 membros do Partido Social Democrata e 2 membros do Partido Chega, verificando-se a existência de quórum. O Executivo fez-se representar pelo seu Presidente, Nuno Miguel Alves Bico de Matos, o Tesoureiro José Pedro Esteves Gomes e os Vogais Maria José de Almeida Costa, Maria Fernanda Rodrigues Almeida, Alberto Afonso Pereira da Silva Costa e Renato Ferreira Silvestre Soeiro Lopes. _____

I – Período antes da Ordem do Dia:

1. **Tempo destinado ao Público.**

Não se verificaram inscrições para este ponto. _____

2. **Aprovação das atas das sessões realizadas nos dias 22/09/2025 e 3/11/2025.**

4 A w

O Presidente da Mesa procedeu à leitura das atas e após a mesma, solicitou a intervenção dos Membros da Assembleia para eventuais alterações. Na ausência de intervenções foram as atas colocadas à votação e aprovadas por unanimidade dos presentes. _____

3. Assuntos de interesse da Freguesia (nº2 do artigo 34º do Regimento).

Interveio Abel Boavida (Chega), após os cumprimentos institucionais, referiu que, sendo do seu conhecimento que nem todos os pontos a referir são da competência da Freguesia, manifestou a preocupação dos fregueses pela segurança. Nomeadamente, em Jugueiros, centenas de famílias (idosos, crianças), são vítimas há muitos anos, de sucessivos problemas de violência, desacatos, vandalismo e sinistros, alguns deles mortais, nas zonas de concentração de estabelecimentos de diversão noturna, assim como o ruído que os afeta não lhes permitindo o devido e legislado horário de descanso. Referiu saber que o Senhor Presidente da Junta já atuou e tomou medidas nas questões de limpeza dos espaços públicos em Jugueiros, mas apelou que encete as diligências necessárias, com quem de direito, nomeadamente junto das autoridades e Câmara de Viseu para que de uma vez por todas se possa acabar com esta situação. Salientou que as autoridades devem estar mais presentes nestas zonas, onde devem ter uma presença dissuasora e interventiva, assim como devem ser revistas as licenças e respetivos horários destes espaços de diversão noturna, propondo que entre Domingo e Quinta Feira encerrem até às 00h00. Mais referiu que a instalação de câmaras de vigilância deverá ser uma prioridade, assim como uma fiscalização por parte das Autoridades mais assertiva com operações STOP, controlo de ruído nos espaços públicos e colocação de bandas de redução de velocidade, visto que as que foram colocadas não são de modo algum inibidoras da redução de velocidade por parte dos veículos. E sugeriu que os jardins interiores inseridos neste aglomerado de edifícios sejam vedados com portões para que durante a noite não sejam recorrentemente vandalizados e objeto de atividades ilegais. Manifestou ainda preocupação pelo facto de no centro da cidade e localizado na Freguesia de Viseu, existir o Bairro da Quinta do Grilo, um Bairro que seria mais um bairro calmo e tranquilo, mas infelizmente denominado por Bairro Vermelho, sendo vergonhoso que as entidades desta cidade, há mais de uma década, ignorem os problemas da prostituição e tráfico de droga ali existente e que começa a estender-se a passos largos nos prédios contíguos ali existentes. Considerando o respeito por quem lá vive, apela à atuação imediata e que esta situação seja levada a quem de direito, bastando a presença policial diariamente no local para reduzir drasticamente o negócio ou até mesmo acabar com ele. Terminou a intervenção desejando a todos os presentes a continuação de umas Boas Festas. _

De seguida usou a palavra, Francisco Marques (PSD) e após os cumprimentos iniciais, referiu que é com sentido de dever cívico e responsabilidade democrática que os deputados do PSD assumem formalmente o papel de oposição nesta Assembleia de Freguesia, com o principal propósito de continuar a contribuir para uma Freguesia equitativa, eficiente, participada, onde os seus Fregueses se sintam bem e felizes. Reiterou o voto de felicitações ao novo Executivo, em especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, esperando que dignifiquem a tão nobre missão de bem governar a Freguesia de Viseu. Manifestou respeito pelo voto dos cidadãos, manifestando o propósito de serem voz ativa, fiscalizadora e construtiva, garantindo que as

4 AN

promessas feitas se transformem em resultados concretos para a comunidade. Salientou que, não serão uma oposição de bloqueio, mas sim uma oposição vigilante, responsável e ativa na apresentação de propostas alternativas concretas, atenta às decisões do Executivo, apoiando o que for bom para a Freguesia, mas questionando, sempre, sem hesitação, tudo o que ponha em causa a transparência, a equidade ou o interesse público. Continuou a sua intervenção dizendo que Viseu merece bem mais do que bonitas palavras e bonitas fotografias nas redes sociais – merece trabalho, diálogo e resultados. Não basta apregoar proximidade às pessoas, é preciso ouvi-las e envolvê-las, é preciso ter rumo, metas e objetivos. É preciso uma Junta de Freguesia que preste contas que não confunda maioria relativa com unanimidade e que respeite a oposição. Dirigiu-se ao Senhor Presidente Nuno Bico, dizendo que pese não lhe conheça experiência política relevante, deposita em si a esperança no desempenho de um bom mandato, a bem da Freguesia, que não é uma feira de vaidades, não é uma agência de promoção Municipal, uma vez que as exigências decorrentes do cargo não se conciliam com um comando à distância, sendo preciso permanência e disponibilidade total, um controlo e um planeamento sério e que responda às necessidades concretas das pessoas, com uma gestão eficiente dos recursos e com resultados eficazes e equitativos. Frisou que será uma oposição comprometida, presente, exigente, mas construtiva, que fiscaliza, mas que também colabora, que critica, mas que também propõe, que denuncia o que está mal mas que também saberá reconhecer o que está bem, não seguindo uma cartilha partidária, pelo que o compromisso será, sempre, com quem os elegeram, com Viseu e com os Viseenses, certo e convicto de que o diálogo, o respeito e a transparência são os alicerces de uma boa governação local. Depois da longa nota introdutória, em observância aos dois primeiros meses de gestão, salientou que apesar de o executivo ainda se encontrar em processo de aprendizagem e conhecimento dos dossiers, tal não obsta a que possam ser realizadas ações concretas e diretas, o que não aconteceu, pois limitou toda a sua ação a marcar presenças, atentos os convites das coletividades e instituições locais, ou desconhece por completo que tenha sido diferente. Relembrou que compete à Assembleia verificar os requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro ou a meio tempo do presidente e demais vogais do Executivo, por isso questionou: a caracterização de eleitos, a meio ou a tempo inteiro, efetuada na DGAL e se essa caracterização se manterá no ano seguinte, ou seja, em 2026. No âmbito da Proteção Civil, perguntou se já participou em alguma reunião do conselho municipal de segurança; perguntou se conhece ou se existem planos prévios de intervenção de âmbito da Freguesia, pois entende ser urgente atuar em articulação, quer na prevenção, quer no planeamento e apoio às operações. Lembrou que a Junta de Freguesia de Viseu foi a primeira Freguesia do concelho a aprovar um Regulamento de Funcionamento da Unidade Local de Proteção Civil, entretanto revisto, com o objetivo de criar duas ULPC. Perguntou, ainda, pelo seu entendimento sobre esta matéria e se pretende concretizar rapidamente este modelo aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia. Referiu que o bem cuidar do espaço público é uma imagem de marca que deve continuar a merecer a atenção. Em áreas como a limpeza urbana e manutenção de espaços públicos, não basta apregoar que a Freguesia deve ser olhada de igual para igual e depois priorizar zonas

f e a

centrais da cidade e descurar zonas limítrofes, como foi o caso do Bairro de Santa Eugénia, da Urbanização do Fontelo, Rua Padre Miguel Sélis e São João da Carreira. A iluminação pública continua intermitente com muitas luminárias fundidas. O avolumar de lixos e resíduos junto aos contentores e ilhas ecológicas é uma realidade, contribuindo para uma nefasta imagem de cidade e para a insalubridade pública, questionando as ações concretas a levar a efeito para evitar ou reduzir estas ocorrências. Questionou sobre o modelo comunicacional do Executivo, quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo, sobre a opção atual de comunicar que se circunscreve às redes sociais utilizando uma página partidária e sectorial, pois governam para todos os Fregueses e pediu que esclarecesse a esta Assembleia se este modelo comunicacional vai continuar ou pretendem utilizar a página web oficial e as redes institucionais como ferramentas base, além de se materializarem outras ações de divulgação, fora das redes sociais. Por fim, notou que a Junta de Freguesia deve ter um caminho próprio, autónomo que articule políticas com o Município, mas sem ser um agente ativo de propaganda municipal, e que todos empenhados encontrarão as melhores soluções para tornar a Freguesia ainda melhor. ___

Inteiveio Olga Pádua (PS) que, após cumprimentar todos os presentes, começou por destacar o dia 12 de outubro como uma mudança histórica na cidade de Viseu, legitimada pelos votos dos fregueses, sendo importante refletir e perceber que esta mudança aconteceu não só pelo descontentamento generalizado dos fregueses, mas também como resultado do trabalho sério e consistente desenvolvido pelos anteriores membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista, cujo empenho e dedicação, ajudaram a construir a confiança dos fregueses, trabalho este exigente, que se pautou sempre pela correção, pelo respeito institucional e pela elevação no debate e na ação. Referiu que o Partido Socialista assume agora a responsabilidade de liderar o executivo da Junta com um profundo sentido de serviço público, humildade e compromisso com toda a freguesia, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da mesma, responder aos problemas concretos das pessoas e governar com proximidade, transparência e diálogo. Consciente que os desafios são muitos e nenhuma força política detém todas as soluções, reafirma-se a total abertura para trabalhar com a oposição, ouvir as suas propostas e valorizar o contributo dos fregueses, sendo que o interesse dos fregueses estará sempre em primeiro lugar, pois é necessário ter iniciativa, proximidade com a população e capacidade de intervenção para responder aos problemas reais da freguesia, não bastando gerir competências. Deve-se ser uma voz ativa e exigente junto do executivo camarário, reclamando soluções para os problemas que dependem da Câmara Municipal. As promessas feitas criam expectativas legítimas e exigem atenção, seriedade e responsabilidade ao longo de todo o mandato. Concluiu, desejando a todos um excelente mandato, de diálogo, colaboração e trabalho dedicado, sempre com o objetivo de melhorar a vida da freguesia, juntos para transformar desafios em oportunidades e desejando um excelente 2026. _____

Usou da palavra Maria Miguel Martins (PSD) que após os cumprimentos iniciais, propôs um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Nuno Loureiro e um Voto de Louvor à *Friends*

A
u

Party, conforme textos em anexo, que fazem parte integrante da presente ata e que serão lidos e entregues aos homenageados ou seus representantes. Terminou desejando a continuação de Boas Festas a todos. _____

Pediu a palavra Fernando Monteiro (PSD) que, após os cumprimentos iniciais, apresentou um Voto de Louvor a António Boloto, cujo texto em anexo faz parte integrante da presente ata e será lido e entregue ao homenageado. Finalizou a intervenção desejando umas ótimas entradas e um excelente ano a todos. _____

Interveio, seguidamente, Carlos Albuquerque (PSD) que iniciou a sua alocução saudando todos os presentes, manifestando o desejo de um mandato profícuo e colaborante entre a maioria e a oposição, em prol da afirmação de Viseu. Centrou a sua intervenção na apresentação de propostas concretas para o Plano Plurianual de Atividades, estruturadas em quatro eixos: 1. Combate ao Desperdício Alimentar (Eixo Freguesia Solidária): propôs que a Freguesia de Viseu se constitua como entidade distribuidora de excedentes alimentares, ao abrigo da Lei n.º 62/2021. Sugeriu a inscrição da Freguesia na plataforma da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, da qual a ANAFRE é membro, permitindo que a própria Junta — de forma autónoma ou complementar ao projeto ReFood — faça chegar alimentos a fregueses em locais não centralizados, combatendo o desperdício de forma diferenciadora no contexto regional. 2. Literacia e Proximidade Digital (Projeto "Viseu Somos Todos Nós"): No âmbito da "Freguesia Digital", sugeriu a criação de uma aplicação móvel (App) com dupla finalidade: Gestão de Ocorrências: permitir que os fregueses sinalizem, via GPS, necessidades de intervenção na via pública (ex: buracos na estrada, iluminação), agilizando a resposta dos serviços. Participação Cidadã: Servir de canal para a apresentação de projetos inovadores e sugestões por parte dos residentes, promovendo simultaneamente a literacia digital. 3. Promoção da Intergeneracionalidade (Projeto "Executivo Intergeneracional"): Sugeriu a implementação de um dia dedicado à gestão da Freguesia por jovens e seniores. A iniciativa visaria o debate de ideias e a criação de um Orçamento Participativo específico, onde ambos os grupos gerissem verbas para investimentos em áreas como escolas, zonas de residência ou Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI). 4. Mobilidade e Sustentabilidade na Zona Escolar/Saúde: Manifestou preocupação com a saturação do estacionamento e os riscos de segurança rodoviária na Rua João Crisóstomo Gomes de Almeida, dada a elevada afluência à Universidade Católica, Escola Superior de Saúde, Call Center e futuras vaiências hospitalares. Como soluções, propôs: Projeto EcoBike: Instalação de um ponto de bicicletas partilhadas para servir os estudantes que se deslocam das zonas da Quinta do Galo e Quinta do Grilo. Reforço do MUV: Articulação de horários e circuitos da mobilidade elétrica (MUV) que garantam passagens frequentes naquele polo durante o período diurno, reduzindo a pressão do transporte individual. O interveniente concluiu reiterando a disponibilidade da oposição para trabalhar em conjunto com o Executivo, terminando com votos de bom ano para todos os presentes _____

f H W

Após as intervenções dos Membros da Assembleia, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação os Votos de Pesar e Louvor, sendo o Voto de Pesar a Nuno Loureiro aprovado por unanimidade; o Voto de Louvor à *Friends Party* foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 8 votos do Partido Social Democrata, 3 do Partido Socialista, 2 do Partido Chega, 1 abstenção por parte do Partido Socialista e 5 votos contra do mesmo partido. Já o Voto de Louvor a António Boloto foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 9 do Partido Socialista, 8 do Partido Social Democrata e 2 votos contra do Partido Chega.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo, Nuno Bico que, após os cumprimentos institucionais a todos os presentes, agradeceu ao funcionário a sua disponibilidade para uma inédita utilização do serviço audiovisual nas Sessões da Assembleia de Freguesia, agradecendo as intervenções efetuadas pelos seus Membros, às quais passou a responder.

Quanto à intervenção de Abel Boavida (Chega), concordou com a preocupação relativa à segurança de Jugueiros, situação crítica identificada, referiu que já diligenciou com algumas ações em conjunto com o departamento de Ambiente da Câmara Municipal, que pessoalmente já presenciou a tragédia que se verifica nas primeiras horas da manhã naquela zona. Salientou que vão continuar a fazer pressão na Câmara e que a situação está resolvida, tendo a Câmara acabado de contratar um funcionário que entra de madrugada bem cedo e agora contratará um segundo, tendo em conta todo o desenvolver da atividade escolar e término das férias. Em relação à parte rodoviária, que acaba por derivar um pouco da atividade descontrolada dos bares, solidarizou-se com a tragédia que foi o falecimento de um jovem. E, com isso, está também previsto o aumento de mecanismos para controlar a velocidade e a segurança rodoviária no local. Em termos de ruído, referiu que até ao momento não tinham tido nenhuma queixa, mas que será também transmitido à Câmara a necessidade levantada aqui nesta freguesia em legislar ou ajustar as licenças desse local, para que todos possam viver numa boa simbiose. Mais informou que, quanto à segurança nos outros locais da cidade, foi aprovado o aumento de efetivos da Polícia Municipal, imediatamente em 10 lugares e, a longo prazo, serão de outros tantos; que o CCTV será instalado, sendo a zona de Jugueiros um dos locais contemplados, bem como o Centro Histórico e o Parque da Cidade. Relativamente à Quinta do Grilo, respondeu que não tiveram ainda nenhum reparo sobre esta zona, e que farão pressão junto da Polícia Municipal e do Município para alertar da importância de, pelo menos, marcar presença. Inicialmente, será apenas um efeito dissuasor que acabará por se traduzir em resultados a curto prazo, porque com a polícia presente há sempre um certo receio em frequentar estes locais.

De seguida, respondeu à intervenção de Francisco Marques (PSD), esclareceu que, apesar dos constrangimentos do calendário festivo, foram rigorosamente cumpridos os prazos legais e regimentais: a informação do Presidente foi enviada com cinco dias de antecedência e a documentação orçamental seguiu a norma das quarenta e oito horas. Justificou a data da sessão

4 A W

por considerar imperativo que o Orçamento Municipal fosse aprovado previamente, garantindo assim maior credibilidade às decisões da Freguesia. Agradeceu a disponibilidade da oposição para colaborar e sugeriu a criação de uma comissão para definir a prioridade das obras para a freguesia, sendo um fator importante contemplar todos os partidos, os diferentes bairros e zonas da freguesia para que, na altura de definir a prioridade das obras para protocolar com a Câmara, a mesma traduza uma escolha equilibrada e não se verifique o favorecimento ou acusações de priorizar uma zona em relação à outra. Em relação à sua experiência política, que concordou ser pouca, manifestou total confiança no seu Executivo, destacando as valências técnicas de cada membro (áreas social, educação, urbanismo, finanças e jurídica). Clarificou a estrutura de funcionamento atual (dois membros a meio tempo e um a tempo inteiro), admitindo rever este regime caso a delegação de competências prevista para junho de 2026 traga o reforço financeiro necessário. Sobre as falhas na limpeza no Bairro do Fontelo e Santa Eugénia, explicou que o serviço é subcontratado à empresa Perene e que a Junta atua mediante o feedback dos municípios, tendo dado o exemplo de uma intervenção resolvida no próprio dia após denúncia. Quanto às redes sociais, justificou a contratação de uma empresa externa pela necessidade de profissionalismo na gestão de conteúdos, distinguindo a comunicação institucional da partidária.

Respondendo a Olga Pádua (PS) reiterou o que disse, a importância de defender o interesse dos fregueses.

Quanto à intervenção de Maria Martins (PSD), concordou com os dois votos propostos e informou que o voto ao Professor Doutor Nuno Loureiro foi também discutido em reunião de executivo a 17 de dezembro e foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao voto de louvor apresentado por Fernando Monteiro (PSD) referiu que todos os atletas da freguesia merecem esse voto.

Por último, relativamente à intervenção de Carlos Albuquerque (PSD), considerou "muito válida" a sugestão de a Junta se tornar distribuidora efetiva de excedentes alimentares ao abrigo da Lei n.º 62/2021, permitindo chegar a fregueses em zonas descentralizadas, complementando o trabalho da ReFood. Confirmou que a App "Viseu Somos Todos Nós" será lançada em janeiro, incorporando as sugestões de reporte de ocorrências via GPS e a plataforma para apresentação de projetos inovadores pelos moradores. Acolheu a ideia do "Executivo Intergeracional", revelando que o programa "Presidente por um Dia" terá início brevemente com crianças, mas que será agora adaptado para incluir também a faixa etária sénior. Por fim, reconheceu o estrangulamento da via por si mencionada devido à proximidade da Universidade Católica e Escola de Saúde. Confirmou que o orçamento prevê verba para estudos naquela zona e manifestou entusiasmo com a proposta da "EcoBike" e com a reestruturação dos horários do MUV, comprometendo-se a levar estas reivindicações ao Município para reduzir o impacto do estacionamento e do tráfego automóvel.

O Senhor Presidente da Junta concluiu a sua intervenção agradecendo os contributos construtivos.

4 # r

II – Período da Ordem do Dia:

1. Informação prestada pelo Senhor Presidente do Executivo.

O Presidente do Executivo usou da palavra fundamentando as principais decisões operacionais e financeiras do período, conforme se detalha: _____

Quanto à Gestão Operacional de Proximidade e Educação: destacou a implementação de um novo modelo de gestão de infraestruturas escolares. Fundamentou a eficácia deste modelo na proatividade dos contactos diretos com os Diretores de Agrupamento, estabelecidos imediatamente após a tomada de posse. Já no que se refere à Metodologia Administrativa, foi estabelecido um protocolo de vistoria técnica em menos de sete dias úteis após o contato inicial, permitindo a identificação rigorosa de patologias nas infraestruturas. No que toca à Eficiência de Recursos, a designação de interlocutores fixos para a manutenção permitiu otimizar o tempo de resposta das equipas da Junta em pequenas reparações, garantindo a continuidade do serviço público de educação sem necessidade de externalizações onerosas para intervenções de baixa complexidade. Quanto à Otimização de Investimento em Equipamentos Sociais (Capelas Mortuárias), o Presidente apresentou uma fundamentação baseada no princípio da economia e eficiência da despesa pública, tendo sido identificada uma lacuna grave na oferta pública de casas mortuárias, exacerbada por restrições de acesso em espaços de ordens religiosas (condicionados a donativos avultados). Assim, em vez da construção de um edifício de raiz — cujos custos seriam significativamente superiores e exigiriam estudos de impacto e licenciamentos prolongados — o Executivo optou pela requalificação de uma infraestrutura subterrânea na Paróquia Coração de Jesus. O investimento está orçamentado em 20.000,00€ (vinte mil euros), valor considerado residual face à utilidade social gerada. Este montante será liquidado de forma faseada em duas tranches, permitindo uma gestão equilibrada do fluxo de caixa (cash-flow) da Freguesia. No que respeita à Gestão de Protocolos Sociais e Mecanismos de Controlo (Cabazes de Natal) o Senhor Presidente detalhou a estratégia de apoio social da quadra natalícia, fundamentada na mobilização de recursos privados para suprir necessidades públicas, através de parcerias com o setor privado. A Junta geriu a distribuição de 255 cabazes e 40 refeições quentes, sem comprometer excessivamente as dotações orçamentais da área social. No que concerne aos Apoios Escolares, fundamentou a deliberação de fixar o apoio às festas de Natal em 5,50€ por aluno. Esta medida visa eliminar a discricionariedade e estabelecer um "fio condutor" administrativo baseado na média da inflação e nos custos de mercado atuais. Já quanto ao Controlo e Transparência Administrativa, a libertação desta verba fica estritamente vinculada à apresentação de faturas justificativas. O Presidente sublinhou que este rigor contabilístico é um pilar da sua gestão para prevenir o extravio de dinheiros públicos, pretendendo-se a sua extensão a todos os contratos-programa e protocolos de apoio no futuro. Finalmente, quanto à Articulação Institucional e Segurança Municipal, o Presidente fundamentou a sua presença no aniversário da Polícia Municipal e as reuniões constantes com o SMAS e o Gabinete de Freguesias como uma estratégia de diplomacia administrativa. Esta articulação

4 M W

permite que a Junta de Freguesia atue como um facilitador político junto da Câmara Municipal, agilizando processos (limpeza urbana, sinalização e segurança) que, embora fora da competência direta da Junta, são fundamentais para a qualidade de vida dos eleitores. Como Balanço Final da Atividade. o relatório termina com a indicação de que toda a atividade de representação e os eventos de Natal estão devidamente documentados no papel e disponíveis para consulta, reiterando que a data de envio dos documentos (vinte e quatro de dezembro) cumpriu os prazos regulamentares, permitindo o escrutínio democrático por parte de todos os membros da Assembleia. _____

Seguindo-se o tempo para pedidos de esclarecimento, interveio Francisco Marques (PSD) que solicitou esclarecimentos adicionais sobre três pontos específicos, criação da nova capela mortuária, a abrangência geográfica e administrativa dos cabazes de Natal, bem como a universalidade do apoio financeiro concedido para as atividades e prendas de Natal, procurando saber se este abrangeu a totalidade dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo. _____

Em resposta, o Senhor Presidente da Junta reiterou que a escolha da Paróquia Coração de Jesus se baseou na existência de uma infraestrutura subterrânea prévia, o que permite a instalação de duas novas capelas mortuárias com um investimento significativamente inferior à construção de um edifício de raiz. Reforçou que o valor de 20.000,00€ (vinte mil euros), a ser inscrito no Orçamento e liquidado em duas prestações, é um montante otimizado face ao custo de mercado para este tipo de edificado, suprimindo uma carência identificada pelos párocos locais. Sobre os Cabazes de Natal (Critérios de Territorialidade e Inclusão), esclareceu que o apoio foi integralmente destinado a famílias residentes na freguesia de Viseu. Mais informou que, neste exercício, o Executivo deliberou pela não aplicação do critério da nacionalidade portuguesa, adotando um critério de residência efetiva. Desta forma, o apoio incluiu cidadãos de diversas nacionalidades (nomeadamente de comunidades brasileira e angolana) que habitam na freguesia, assegurando uma resposta social inclusiva perante a vulnerabilidade económica detetada. Relativamente ao apoio de 5,50€ por aluno, o Senhor Presidente clarificou que o mesmo foi disponibilizado de forma universal a todas as escolas do pré-escolar e ensino básico da freguesia que o solicitaram. Algumas escolas declinaram o apoio financeiro por disporem de modelos de autofinanciamento através de atividades próprias realizadas ao longo do ano. O Senhor Presidente da Junta encerrou a sua resposta reafirmando o compromisso com a transparência e a organização administrativa dos apoios públicos. _____

2. Análise da situação financeira da Freguesia.

O Presidente do Executivo, Nuno Bico, usou da palavra e disponibilizou-se para responder às questões colocadas. _____

Francisco Marques (PSD) pediu a palavra e começou por manifestar a sua concordância quanto à situação financeira apresentada, classificando o tema como pacífico e reconhecendo a saudabilidade das contas da Freguesia. Não obstante a avaliação positiva, realizou uma análise crítica detalhada à gestão de tesouraria e fluxos de pagamento. Sublinhou que se verificou uma

4 A w
alteração estrutural no procedimento de liquidação de despesas: enquanto anteriormente o critério de pagamento assentava na conferência imediata do documento, o modelo atual parece privilegiar o pagamento com base na data da fatura. Esta alteração procedimental justifica o aumento substancial do passivo acumulado em fornecedores, uma realidade que, conforme referiu, não se verificava em períodos homólogos ou mandatos anteriores. Ressalvou ainda que, apesar de a Freguesia manter níveis de liquidez confortáveis, a transição de um sistema de pagamento a pronto (pós-conferência) para um regime previsível de trinta dias é o fator determinante para a discrepância observada nos documentos contabilísticos ora analisados. _____

O Presidente da Junta respondeu às questões levantadas, começando por contestar a premissa de que existiria um histórico de pagamentos integralmente liquidados à data da tomada de posse. Referiu que, no documento oficial de transição que lhe foi facultado, constava uma dívida a fornecedores no valor de 1.189,00 € (mil cento e oitenta e nove euros). Contudo, após a primeira semana de exercício de funções, o passivo identificado ascendeu a 23.742,00 € (vinte e três mil setecentos e quarenta e dois euros). O Presidente detalhou que o valor inicialmente reportado apenas contemplava encargos com o "Apoio Botija", a Associação de Atletismo e a Rosa Limpa. Todavia, revelou que, logo na primeira semana do mandato, foram rececionadas diversas faturas relativas ao anterior executivo que não constavam na pasta de transição, nomeadamente: publicidade na Voz de Viseu, pintura de viatura, um protocolo com o Teatro Viriato (o qual afirmou ter honrado apesar de não o ter assinado), serviços de design de Sónia Ferreira, uma cabine de leitura (J. Madeira), honorários de arquitetura (Nuno Durão), encadernação (Sá Pinto), serviços jurídicos (J.M.R. Advogados), Petrocentro e a empresa Perene. Sobre esta última, esclareceu que a fatura da Perene representa cerca de 50% do montante total em dívida. Concluiu afirmando que, excluindo o valor da Perene, o passivo atual de 8.600,00 € (oito mil e seiscentos euros) corresponde exclusivamente a compromissos assumidos pelo anterior executivo que se encontram em fase de validação. E, finalizou a sua intervenção reiterando a total transparência do processo e a disponibilidade para facultar toda a documentação de suporte aos membros da Assembleia. _____

3. Apreciação, discussão e aprovação das demonstrações previsionais para o ano 2026 (Orçamento, Plano Plurianal de Investimentos, Plano de Atividades e Quadro de Pessoal).

O Presidente do Executivo, Nuno Bico, usou da palavra e disponibilizou-se para responder às questões colocadas, mas previamente solicitou a anuência da Assembleia para uma breve interrupção dos trabalhos, com o intuito de acolher a visita do Grupo de Folclore "As Cabacinhas de Santiago", a única coletividade folclórica da freguesia, que se encontrava presente para proceder ao tradicional cantar das Janeiras e dos Reis. _____

O Presidente da Mesa, após consulta aos membros da Assembleia e verificando a inexistência de oposição, declarou suspensa a sessão por um período de uns minutos. Durante este

4 * W

interregno, o grupo procedeu à sua atuação cultural, tendo o Presidente da Mesa e o Presidente da Junta expressado formalmente o seu agradecimento à Associação de Santiago pela iniciativa. Concluída a atuação e após a retirada do grupo, o Presidente da Mesa declarou a retoma dos trabalhos da Assembleia de Freguesia, dando continuidade à ordem do dia. _____

No uso da palavra Francisco, Marques (PSD) apresentou a posição do seu grupo parlamentar sobre os documentos previsionais para 2026. Começou por reconhecer, no plano institucional, que os documentos cumprem os pressupostos legais e técnicos. Contudo, apresentou uma análise crítica estruturada nos seguintes termos: _____

I. Análise Política e Estratégica do Orçamento e Plano de Atividades: sustentou que o Orçamento padece de uma lógica de continuidade, carecendo de inovação estrutural e de uma visão estratégica para os desafios da freguesia, designadamente no espaço público, envelhecimento populacional e dinamização económica. Classificou o documento como sendo de carácter mais administrativo do que transformador, sublinhando a escassa incorporação de medidas do manifesto eleitoral e uma excessiva concentração em animação cultural em detrimento de políticas de proximidade e coesão social. II. Plano Plurianual de Investimentos (PPI): qualificou o plano como vago e de difícil execução. Observou que, dos 38 projetos elencados, carecem de calendarização, critérios de prioridade e financiamento assegurado; verificando-se que dois projetos já se encontram concluídos e com autos de receção assinados; do investimento total de 567.210 €, uma parcela significativa (226.410 €) transita de obra já adjudicada (Rua do Cruzeiro) e 20.800€ referem-se a obras já pagas (Rua Cristóvão Moreira Figueiredo e Rua de São Francisco). Sobre a primeira, solicitou esclarecimentos quanto ao valor reservado para revisão de preços. III. Análise Técnica e Financeira: detalhou a situação financeira da Freguesia, destacando: Receita: apontou a forte dependência de transferências externas e a reduzida expressão de receitas próprias. Questionou o aumento exponencial em rubricas como cedência de espaços (10.000 €), SMAS (30.000 €), Município (85.000 €), Publicações (10.000 €) e Apoios a Eventos (50.000 €). Solicitou ainda esclarecimentos sobre a eliminação da rubrica da AIMA, questionando se tal implica a perda de competências do Espaço Cidadão. Despesa: alertou para a rigidez da despesa corrente (pessoal e serviços) e para a crescente dependência de contratos de prestação de serviços, o que limita a capacidade de gerar poupança corrente e investimento autónomo. IV. Direito de Oposição e Sentido de Voto: manifestou o profundo desagrado do PSD quanto ao processo de consulta. Denunciou que o envio dos documentos apenas no dia 24 de dezembro constituiu um incumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e do acordo estabelecido em reunião no dia 9 de dezembro. Referiu que esta calendarização impediu o grupo de exercer as suas prerrogativas legais de apresentar sugestões e contrapropostas antes da aprovação em sede de Executivo. Finalizou a intervenção, anunciando que os eleitos do PSD optam pela abstenção, justificando-a como um ato de responsabilidade institucional que não inviabiliza a governação, mas que marca a distância face a documentos que consideram pouco ambiciosos e estrategicamente limitados. _____

No uso da palavra, Luísa Leite (PS) iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes, manifestando total confiança nos documentos previsionais para 2026. Destacou que o orçamento, no valor global de 1.494.380,00 € (um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil trezentos e oitenta euros), constitui o pilar para a execução da estratégia "Nova Energia para a Freguesia de Viseu", centrada nas famílias e no território. Enalteceu o rigor e a prudência da proposta face à conjuntura económica atual, sublinhando como indicadores de sustentabilidade o aumento de 13% na receita corrente e o facto de esta superar a despesa corrente em cerca de 49.000,00 €, garantindo o equilíbrio das contas públicas. No que respeita às opções de investimento enfatizou: Qualificação do Território: o reforço orçamental na manutenção do espaço público e higiene urbana, com destaque para os estudos de segurança rodoviária, a revisão de sentidos de trânsito, o alargamento do pontão do Raposo e a criação de novas zonas de estacionamento; Continuidade e Responsabilidade: referiu, num exercício de transparência, que o Plano Plurianual de Investimentos assume a execução de todas as obras iniciadas pelo executivo anterior, garantindo a sua conclusão com rigor técnico e qualidade, em prol do interesse público; Compromisso Social e Cultural: Saudou a dotação de 60.000,00 € para o movimento associativo e a criação de novas valências, como o Gabinete do Bairro e o Banco de Voluntários, a par da reabilitação de património histórico, nomeadamente as fontes de Santa Cristina e São Francisco. Concluiu a sua intervenção classificando o orçamento como um documento sério, focado em resultados e na modernização da freguesia, reafirmando que o sentido de voto da bancada do PS será favorável.

Usou da palavra o Presidente do Executivo, respondendo às intervenções, procedeu a uma fundamentação pormenorizada da proposta orçamental e das opções do Executivo, estruturada nos seguintes termos: 1. Continuidade Estratégica e Planeamento de Obras: relativamente à crítica de "continuidade" e falta de inovação, esclareceu que a mesma se fundamenta em dois pilares: por um lado, o dever de dar seguimento a intervenções que, embora identificadas, não foram executadas no tempo previsto pelo executivo anterior; por outro lado, o respeito institucional pelo levantamento de problemas já efetuado. Justificou a permanência de diversas obras no orçamento com dotações previsionais de 1.000 € ou 10.000 € (como no caso da recuperação de fontes), como forma de garantir que as mesmas permanecem no horizonte de execução da Junta. Mais informou que a priorização destas intervenções será articulada com uma comissão consultiva que integrará todos os partidos, visando um modelo de decisão participado e transparente. 2. Execução Orçamental e Realismo Financeiro (PPI): sobre a análise do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), contestou a expressão "muita parra e pouca uva", recorrendo aos indicadores de execução. Referiu que, no último ano do anterior mandato, o orçamento aprovado para o PPI era de cerca de 1.222.000,00 €, tendo sido executados apenas 450.000,00 €, o que representa uma taxa de execução de 37%. Em contraste, defendeu que a proposta atual de 567.000,00 € é pautada pelo realismo e pela adequação à capacidade produtiva da Junta; caso se mantenha o volume de obra executado anteriormente, a taxa de

f A

execução subirá para os 80%, o que qualificou como um resultado de "muita uva". Justificou o elevado número de projetos (38) como uma manifestação de intenção política e respeito pelo histórico da freguesia, salvaguardando a responsabilidade financeira. 3. Plano de Atividades, Eventos e Receita Própria: quanto ao Plano de Atividades, defendeu que o somatório de 70.000,00 € é prudente, estando integralmente coberto pelo saldo de gerência de 100.000,00 € a incorporar, garantindo que a sua execução não depende de apoios externos. No que concerne à Receita Corrente, detalhou as seguintes rubricas: Cedência de Espaços (10.000 €): resulta de uma nova política de rentabilização do património, através de um modelo de "aiuguer cooperativo" para lojas que se encontravam desocupadas ou cedidas sem contrapartidas; SMAS (36.000 €): destinados especificamente à renovação e manutenção do parque de fontes da freguesia; Eventos e Publicações: previsão de receita de 10.000 € com a alienação de stocks de livros e 50.000 € provenientes da Gala da Freguesia (agendada para fevereiro), através de novos "slots" publicitários e bilheteira; 4. Gestão de Recursos Humanos e Autonomia Financeira: sobre a despesa com pessoal e autonomia financeira, sublinhou que, com apenas dois meses de mandato, o Executivo está a trabalhar para reverter a dependência de transferências externas herdada. Justificou o aumento na massa salarial com a revisão das tabelas da Administração Pública, o pagamento de prémios de carreira e a carga fiscal associada (Segurança Social e IRS). Sobre o Espaço Cidadão, esclareceu que a dotação foi ajustada por a execução ter sido nula até ao momento, mantendo, no entanto, o foco na captação de novas competências e financiamento junto do Município. 5. Direito de Oposição e Processo Democrático: sobre o descontentamento manifestado pelo PSD quanto à entrega dos documentos a 24 de dezembro, referiu que a primeira convocatória para auscultação dos partidos ocorreu no início de dezembro, tendo a reunião tido lugar a dia 9. Refutou a acusação de obstrução ao direito de oposição, argumentando que, após essa reunião, não foram rececionadas propostas por parte do PSD. Justificou a calendarização com a elevada carga de trabalho administrativo do Executivo, reiterando que o cumprimento dos prazos legais foi assegurado. 6. Investimentos de Proximidade e Segurança: destacou medidas concretas: aprovação de apoio escolar de 5,50 € por aluno; investimento de 20.000,00 € na adaptação de uma sala subterrânea na Paróquia Coração de Jesus para Capela Mortuária; instalação de sistemas de videovigilância (CCTV) na Quinta do Grilo e Jogueiros, com reforço da cooperação junto da Polícia Municipal. Findou a sua intervenção desejando a todos os presentes o excelente ano de 2026. _____

Colocados à votação, o Orçamento, Plano de Atividades e PPI (Plano Plurianual de Investimentos), para 2026, foram aprovados por maioria, com 9 votos a favor, do Partido Socialista, e 10 abstenções, 8 do Partido Social Democrata e 2 do Chega. Quanto ao Quadro de Pessoal da Freguesia, não tendo sido levantada qualquer questão nem solicitadas intervenções, este documento colocado à votação foi aprovado por unanimidade. _____

4. Outros Assuntos.

Não houve qualquer pedido de intervenção. _____

O Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra para abordar questões de coordenação logística e de promoção da convivência institucional entre os órgãos da Freguesia. Confirmou que a Gala da Freguesia terá lugar no próximo dia 6 de fevereiro, reiterando o convite a todos os membros da Assembleia e salientando a importância da representação institucional neste evento. Com o intuito de conferir maior celeridade à comunicação, propôs a criação de um grupo de conversação instantânea (*WhatsApp*) que integre representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia, ressaltando expressamente que este canal não substitui as vias de comunicação institucional formal, destinando-se exclusivamente à agilização da partilha de convites para eventos públicos e ao agendamento de iniciativas de cariz social. Propôs a realização de um "Jantar de Reis" que reúna os membros do Executivo, da Assembleia de Freguesia e os funcionários da autarquia, com vista a estreitar laços institucionais e promover um ambiente de trabalho saudável e colaborativo entre todos, verificando-se o consenso generalizado dos líderes de bancada quanto às propostas apresentadas. _____

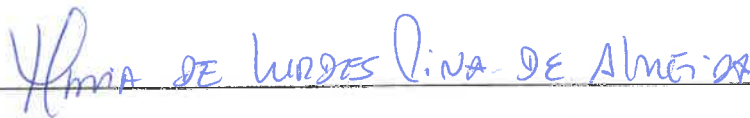
Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia cumprimentou todos os presentes, agradeceu o empenho de todos e desejou um bom ano a todos, dando por encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, dela se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada para que conste. _____

O Presidente da Mesa da Assembleia



António Fernando Mouga Lopes Ferreira

A Primeira Secretária



Maria de Lurdes Pina de Almeida

O Segundo Secretário



Gonçalo Sá dos Santos Namorado